



ano 1  
número 4  
ISSN 2595-8232

Título | Pós-escrito: Depois da retomada da hegemonia

Autor | José Luis da Costa Fiori

Palavras-chave | Estados Unidos, Hegemonia, Poder e Dinheiro, Estados e Moedas.

Outubro de 2018



Instituto de pesquisa de natureza privada criada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) que fornece suporte técnico às ações da Federação e fomenta o debate público dos mais diversos por meio da produção e divulgação de pesquisas, artigos e palestras O espírito do Instituto tem um caráter público no sentido de prover uma compreensão das transformações e os impactos econômicos, políticos e sociais das empresas do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis para a sociedade brasileira.

## TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação que divulga uma série de textos elaboradas pelos pesquisadores do Instituto e também de trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores parceiros que tratam dos temas relacionados ao setor energético, principalmente geopolítica, petróleo, gás natural e biocombustíveis.

### **Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ineep**

---

Texto para Discussão / Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Rio de Janeiro: Ineep, 2018

ISSN 2595-8232

---

## 1. Pós-escrito 2018: o debate continua vivo<sup>1</sup>

Passados 20 anos do lançamento do livro, *Poder e Dinheiro*, o primeiro entre quatro livros<sup>2</sup> lançados pelo grupo de pesquisa de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com colaboração de pesquisadores de outras instituições principalmente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o debate em torno da economia política internacional, da hegemonia americana, do acirramento das relações de poder e dinheiro entre as grandes potências entre outros continua mais vivo do que nunca.

Em recente texto, por exemplo, Fiori (2017a) destaca como esses aspectos são fundamentais para entender a atual estratégia americana:

(...) os EUA anunciam ao mundo que se orientarão daqui para frente, exclusivamente, pela bússola dos seus “interesses nacionais”, abrindo mão da neutralidade e da sua velha condição de árbitros de todos os grandes conflitos mundiais. Mas atenção, porque os EUA seguem se considerando um “povo escolhido”, com a certeza de que seus valores nacionais não são exclusivos, mas são superiores aos de todos os demais povos do mundo. Eles abdicam da função de defensores e árbitros da “ética internacional”, mas em troca assumem plenamente sua condição e seu objetivo de “império militar” com pretensões globais. Numa competição permanente e sem árbitros, onde todas as alianças e guerras são possíveis, em qualquer momento e lugar. E onde sua moeda, sua finança e suas sanções econômicas são assumidas plenamente como instrumentos de poder e armas de guerra, se for o caso. Por isso, o que se deve esperar daqui para frente, da parte dos EUA, é uma estratégia de guerra de movimento, com a prática do “bullying militar” permanente contra seus adversários reais ou potenciais, obrigando-os à uma corrida tecnológica e militar sem precedentes (FIORI, 2017a).

A compreensão da estratégia dos Estados Unidos e dos movimentos dela derivados não são possíveis de serem realizados sem um mergulho profundo sobre a gestão das finanças e do aparato militar americano. Assim como em qualquer momento da história do capitalismo, a disputa entre os principais Estados Nacionais tem profunda relação com as armas e nas moedas.

Isso se torna evidente não apenas pela postura dos Estados Unidos, como pelos seus principais rivais. No período recente, a estratégia chinesa é um bom exemplo da importância desses dois elementos no seu processo de desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Essa apresentação foi elaborada em conjunto com o Diretor do Ineep, Rodrigo Leão.

<sup>2</sup> Os livros são: *Poder e Dinheiro* (1997); *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações* (1999); *Polarização Mundial e Crescimento* (2001) e *Poder Americano* (2004).

e projeção global. Por um lado, o acelerado gasto militar do gigante asiático nas últimas décadas, bem como a relação nesse campo com a Rússia<sup>3</sup> e, por outro, a internacionalização da economia chinesa, principalmente das suas empresas e do uso do renminbi em trocas internacionais<sup>4</sup>, apontam que os métodos utilizados pelos chineses para ganhar espaço na economia global passam fundamentalmente pela moeda e pelas armas. Processos dessa natureza também podem ser observados por outras grandes potências, o que mantém o diagnóstico de José Luís Fiori apresentado mais adiante neste texto de que, em primeiro lugar, preserva-se “a importância que atribuída [na agenda de pesquisa aqui mencionada] às moedas, aos regimes monetários, ao capital financeiro, e à posição de cada Estado na hierarquia e na competição geopolítica mundial e regional, para a compreensão das relações entre o centro e a periferia do sistema”.

Em segundo lugar, a estratégia militar, o acesso e o uso as armas também continuam exercendo um papel vital na competição entre os Estados dentro do sistema capitalista, determinando inclusive o sucesso ou fracasso de suas estratégias nacionais de desenvolvimento e ascensão no sistema mundial.

Dessa forma, do nosso ponto de vista, a análise da inserção diferenciada de cada Estado Nacional do sistema mundial, bem como as estratégias nacionais realizadas nesse cenário não são produto de um somatório de políticas internas, mas principalmente: da capacidade de cada Estado, dentro um regime interestatal e altamente competitivo, combinar suas estratégias nacionais com os movimentos da economia internacional e assegurar sua posição privilegiada econômica e militar no sistema mundial.

É por isso que a análise sobre qualquer estratégia ou política nacional não pode ser elaborada fora desse complexo xadrez da economia política internacional. Ou seja, a compreensão das ações internas, principalmente das grandes potências, tem uma conexão umbilical com o tabuleiro internacional do poder e do dinheiro e com os diferentes interesses das principais potências nesse jogo. Ainda mais,

---

<sup>3</sup> Em setembro de 2018, a Rússia e a China iniciaram exercícios militares conjuntos e suas lideranças se reuniram para discutir uma cooperação comercial e de defesa.

<sup>4</sup> Em 2015, o Fundo Monetário Internacional concedeu o status de moeda global ao renminbi, ao incluí-lo “em sua cesta de moedas de reservas. A moeda chinesa se junta às demais que compunham a cesta, o dólar americano, o euro, o iene japonês e a libra esterlina. O Comitê Executivo do FMI, que representa os 188 membros do Fundo, justificou a decisão afirmando que o yuan cumpre a condição de ser uma moeda “livremente utilizável”. A conclusão é controversa, devido às intervenções do governo chinês. Para muitos economistas, a decisão é motivada pelo interesse político de estimular a China a acelerar sua abertura financeira” (NINIO, 2015).

quando essas ações envolvem setores fundamentais para a própria sobrevivência e movimentação dos Estados Nacionais, como é o energético.

Entre outros fatores, o setor de energia envolve a movimentação de tropas militares, a motivação para realização de diversas guerras, o funcionamento da própria indústria, gigantescos fluxos comerciais. Todos estes, por regra, realizados para além das fronteiras nacionais, tendo em vista que a capacidade de geração energética de cada país não é proporcional ao poder no sistema mundial. Ou seja, as demandas energéticas das grandes potências não são capazes de serem atendidas pelos seus próprios recursos e, em função disso, obrigatoriamente requerem uma disputa envolvendo outros Estados nações, em geral, com diferentes capacidades de resistência interna e projeção global.

Essa irremediável disparidade continua(rá) pautando as estratégias nacionais do segmento energético dentro das mudanças que ocorrerem no xadrez geopolítico internacional. Por exemplo, a reconstrução do projeto nacional russo e sua enorme capacidade de fornecimento de gás natural influenciará as ações americanas e europeias<sup>5</sup>, assim como a crescente demanda chinesa, num cenário de descobertas de petróleo na América do Sul, também determinará suas políticas nesse segmento.<sup>6</sup> Isso, evidentemente, num cenário de contínua exuberância militar das grandes potências, dos movimentos de questionamentos/reafirmção do dólar como moeda global e da própria expansão/retração da internacionalização econômica e financeira.

Sem aprofundar demais esse debate, que exigiria um espaço muito maior do que esta apresentação, o fato é que o entendimento do setor de energia, em especial do petróleo – na visão do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás

---

<sup>5</sup> “Com relação à reorganização estratégica do setor do petróleo e do gás, ocorrida na Rússia, durante os governos Putin e Medvedev, ela não envolveu a estatização total do setor nem muito menos, a exclusão do capital estrangeiro. O que ela fez foi submeter o capital privado nacional e estrangeiro à direção da “grande estratégia” do estado russo, operada, sobretudo, pelas suas empresas Gazprom, Rosneft, Transneft e Gazpromexport. Ou seja, o fundamental é que todas as mudanças que foram feitas, e todos os atores envolvidos passaram a obedecer – de uma forma ou outra - o mesmo objetivo estratégico de reestruturação e fortalecimento da economia russa, e de projeção geopolítica e geoeconômica do poder internacional da Rússia” (FIORI, 2017b).

<sup>6</sup> “É inquestionável que, na última década, a China tem realizado um esforço similar, em termos globais, em programas de infraestrutura e energia, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. A internacionalização de suas empresas para ampliar infraestrutura que atendam o consumo interno chinês e para assegurar fontes energéticas no longo prazo é estratégica para o país. Desde o segmento de fontes renováveis, principalmente solar, no Chile, passando pelo pré-sal e infraestrutura no Brasil e pelo *shale gas* nos Estados Unidos, a China tem realizado pesados investimentos no continente americano visando ampliar sua zona de influência global e atender seus interesses comerciais e estratégicos por meio principalmente das suas empresas estatais” (FIORI, LEÃO, 2018).

Natural e Biocombustíveis (Ineep) – passa indubitavelmente por uma compreensão do funcionamento da economia política internacional e das relações intercompetitivas entre os Estados Nacionais, principalmente pelas suas estratégias associadas à moeda e às armas.

Por isso, a ideia de republicar alguns dos artigos originalmente escritos para o livro *Polarização Mundial e Crescimento* deve não apenas pela contribuição histórica para o tema da economia política internacional, mas também em razão do seu papel central para orientar o debate sobre energia e petróleo realizado pelo Ineep.<sup>7</sup>

O primeiro artigo é do professor José Luís Fiori que faz uma detalhada descrição da agenda de pesquisa do grupo da UFRJ sobre a economia política internacional, passando pelos principais pontos investigados nos livros *Poder e Dinheiro* e *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, que parte do diagnóstico da professora Maria da Conceição Tavares sobre o papel da hegemonia americana no sistema mundial:

Neste período de transição que ainda está longe de terminar ou de chegar a bom termo, é indiscutível a retomada da hegemonia americana. O que não se sabe é a viabilidade dos EUA se transformarem, de forma estável, numa economia cêntrica a partir da qual o mundo seria reorganizado por uma nova geografia econômica e política (TAVARES, 1997, p. 52).

## 2. O ambiente intelectual do debate

Na entrada do século XXI, o tema da “crise da hegemonia norte-americana” soa bizantino, mas até o fim da década de 1980, ainda era uma preocupação obsessiva dos anglo-saxões. Discutindo as “hegemonias mundiais” ou analisando a “ascensão e queda das grandes potências”, o debate intelectual, sobre as relações internacionais, seguia girando em torno ao suposto declínio da supremacia mundial dos Estados Unidos. O próprio campo acadêmico da ‘economia política internacional’ nasceu nos Estados Unidos, na entrada dos anos 1970, junto com a crise do dólar e a derrota americana no Vietnã. E de imediato definiu sua agenda de

---

<sup>7</sup> Esse artigo foi publicado originalmente em 2001 como parte do livro *Polarização Mundial e Crescimento*. O debate em torno da reafirmação hegemonia americana capitaneada pela luta das armas e das moedas, no atual sistema capitalista continua um tema atual na economia política internacional. Para além disso, as relações entre empresas na lógica produtiva e financeira do capitalismo também pautam fortemente a ação das petrolíferas globais, a forma como se posicionam nos diferentes países e a projeção global que propiciam às suas nações de origem. Além disso, a estratégia dessas empresas do ponto de vista geopolítico também se insere nessa arena de disputa, cujos ativos principais, além do próprio petróleo, são o poder e o dinheiro. Os trabalhos realizados pelo Ineep no último biênio partem dessa visão histórica e teórica.

pesquisa, a partir do diagnóstico de uma crise econômica e geopolítica internacional e de uma preocupação com a possibilidade de que estivesse se repetindo a história que levou, nos anos 1930, ao Fascismo e à II Guerra Mundial. Nesse período, mais precisamente em 1972, Charles Kindleberger publicou o seu livro, *The World in Depression 1929-1939*, atribuindo a crise dos anos 1930 à incapacidade norte-americana de assumir a liderança mundial que fora até então da Inglaterra.

Tal hipótese foi retrabalhada e desenvolvida por Robert Gilpin (1975) e Stephan Krasner (1976), produzindo um corpo de ideias que Robert Keohane (1998) chamou mais tarde de *teoria da estabilidade hegemônica*. Sua tese central generaliza a leitura de Kindleberger, ao sustentar que “na ausência de uma potência liberal dominante, a cooperação econômica internacional mostrou-se extremamente difícil de ser alcançada” na história moderna do capitalismo (GILPIN, 1987, p. 88). Naquele momento, sua preocupação comum era com o restabelecimento de uma ordem econômica internacional estável e liberal, sob a hegemonia norte-americana.

Neste sentido, pode-se dizer, como Robert Cox (1981), que a economia política internacional nasceu da crise como um caso típico de um *problem solver theory*. Mas, na década de 1980, o seu campo se alargou e perdeu o seu imediatismo pragmático, envolvendo, a partir daí uma ampla gama de autores que já não pertenciam ao *mainstream* da teoria política e econômica internacional. Sua pergunta inicial estendeu-se no espaço e no tempo, definindo uma nova agenda de pesquisa histórica e comparada sobre o ciclo vital das grandes potências e sua capacidade de impor a sua hegemonia política e econômica internacional.

O que fora uma preocupação imediata adquiriu uma dimensão teórica mais ambiciosa: esclarecer o processo de nascimento, estabilização e declínio das sucessivas ‘ordens político-econômicas mundiais’ e explicar porque que alguns países conseguem impor e depois perder a sua supremacia mundial. Foi em 1984 que Robert Keohane (1998) lançou seu livro *After Hegemony*, e foi só 1988, que Paul Kennedy editou o seu clássico *The Rise and fall of the great powers*, ainda carregado de premonições sobre a decadência mundial dos Estados Unidos.

Nos anos 1990, Suzan Strange publicou seu ensaio *Political economy and international relations*, no qual faz um balanço crítico da economia política internacional’ desde seu trabalho pioneiro, *International economics and international relations: a case of mutual neglect*, publicado em 1970. Segundo Strange, depois do fim da Guerra Fria, “*there is a kind of malaise, a sense of uncertainty about where to go from here, even of confusion about where we have reached so far (...)*” (STRANGE, 1995, p. 157). Em primeiro lugar porque não se logrou superar o divórcio entre a economia

e a política no estudo das relações internacionais. Como ela diz, “*the intellectual problem of synthesis has still not been solved. International relations people have studied economic phenomena and have made use of concepts and even methods of argument borrowed from economics. Economists, by contrast, have largely ignored the literature of international relations*” (STRANGE, 1995, p. 156). Em segundo lugar, porque a economia política internacional foi uma área que surgiu e se desenvolveu movida pelos fatos mais do que pelas ideias. Fatos que variaram através das décadas, mas como ela diz, neste tempo quem agendou a pesquisa, em última instância, foram as dificuldades e impasses da política externa norte-americana, e o seu norte, em última instância, foi sempre a vitória na Guerra Fria. A favor do seu argumento, Suzan Strange relembra o trabalho pioneiro de Richard Cooper, que já em 1968 defendia de forma absolutamente clara que a prioridade número um, naquele momento, era estudar para melhorar a coordenação entre os aliados para enfrentar o desafio da União Soviética.

Por um caminho totalmente diferente do *mainstream*, e muito mais próximo do que Robert Cox chamou de *critical theory*, Fernand Braudel também havia concluído, – numa série de conferências feitas em 1977, na Universidade de John Hopkins – que “o mundo não pode viver sem um centro de gravidade” (BRAUDEL, 1977). Apesar das contestações existentes naquele momento, era muito pouco provável que os Estados Unidos estivessem deixando de cumprir esta função mundial. Logo depois, em 1981, Robert Cox inaugurou a chamada corrente neomarxista da economia política internacional, introduzindo no debate o conceito gramsciano de hegemonia e propondo que se estudasse a formação e crise das ordens mundiais, olhando para o poder dos estados como faziam os realistas, mas também prestando atenção aos processos simultâneos de internacionalização da produção, das relações de classe e das estruturas de poder. Uma convergência que explicaria a novidade da supremacia mundial norte-americana, depois da II Guerra Mundial: não apenas um caso de hegemonia, como a da Inglaterra no século XIX, mas de *imperial system* (COX, 1981).

Na mesma época, Immanuel Wallerstein concluía de forma heterodoxa, no seu *Dynamics of Global Crisis* (1982), que “*despite the crisis, the capitalist world-economy continues to follow its internal logic and hence is still developing, is still (in its own terms) succeeding*” (WALLERSTEIN, 1982, p. 33). E Giovanni Arrighi publicava seu trabalho clássico sobre a crise da hegemonia norte-americana, rediscutida sob uma ótica assumidamente marxista. Foi quando propôs a distinção entre os aspectos formais ou institucionais e os aspectos substantivos do conceito de hegemonia, sustentando a hipótese de que:

the downfall of the U.S. imperial order has not led to the end of U.S. hegemony but simply to its transformation from formal state-organized hegemony to an informal market-enforced corporately organized hegemony (ARRIGHI, 1982, p. 66).

Depois de vinte anos, este debate teve uma morte súbita com o fim da Guerra Fria. Foi substituído por uma nova agenda de preocupações com o redesenho e estabilização da geometria do poder e da riqueza mundial, depois do fim da URSS e sob a égide de uma única superpotência. A mesma que se transformou no carro chefe das mudanças econômicas que alteraram a face do capitalismo mundial, nas duas últimas décadas do século XX.

Paradoxalmente, nesta nova conjuntura, apenas Giovanni Arrighi parece acreditar que apesar das aparências contrárias, o ciclo longo de acumulação e hegemonia norte-americano teria entrado, em 1970, numa crise terminal de duração imprevisível. Um tipo de crise secular que se repetiria na história do capitalismo, sempre acompanhadas de explosões e euforias financeiras, os verdadeiros indicadores da chegada do ‘outono’ dos grandes ciclos econômicos, segundo Braudel (1987): a hora da “transição de um regime mundial de acumulação para outro”.

Se a história não der razão a Arrighi, entretanto, há que sublinhar que tampouco deu às teses do *mainstream*. Como já dissemos noutra lugar, “a história destes últimos 25 anos encarregou-se de contradizer a previsão e a estratégia propostas pela *teoria da estabilidade hegemônica*. Desde o fim do padrão dólar e da Guerra Fria, o balanço é muito claro. O mundo nunca esteve entregue de forma mais incontestável ao arbítrio de uma só potência hegemônica que estivesse tão radicalmente orientada pelo seu *commitment liberal*, e pelo seu objetivo de construir e sustentar uma ordem internacional baseada sobre um conjunto de regimes e instituições regionais e globais consagradas pela aceitação coletiva, no campo do desarmamento como no do comércio e dos investimentos.

Os Estados Unidos, hoje, arbitram isoladamente o sistema monetário internacional, promovem ativamente a abertura e desregulação das economias nacionais e o livre comércio, tem incentivado a convergência das políticas macroeconômicas, tem atuado – pelo menos em parte – como *last resort lender* em todas as crises financeiras e detém um poder incontestável no plano industrial, tecnológico, militar, financeiro e cultural. E, no entanto, não se conhece um período da história moderna em que o capitalismo tenha passado por maior instabilidade sistêmica, graças a revolução financeira que acompanhou a consolidação e funcionamento do novo sistema cambial. Nem tampouco se conhece um período

em que as relações políticas entre os estados estivessem tão carentes de parâmetros ou referências – sobretudo depois da Guerra do Golfo –, que não seja o arbítrio da superpotência o do seu diretório político-militar anglo-saxão (FIORI, 1999).

Em 1985, Maria Conceição Tavares publicou seu primeiro artigo sobre a retomada da hegemonia norte-americana, apresentando a tese que retomou e desenvolveu, em 1997, no seu ensaio sobre a reafirmação da hegemonia norte-americana. Dois trabalhos seminais que se transformaram no ponto de partida da pesquisa e reflexão coletiva que culminou no livro *Poder e Dinheiro – Uma Economia Política da Globalização*. Pelo título e pelo tema, a discussão de Tavares (1997) inscreve-se naturalmente no debate da economia política internacional dos anos 1970 e 1980. Mas sua importância não está no seu diagnóstico antecipatório do fim da crise americana. Seus dois ensaios transcendem esta discussão, porque Tavares (1997) analisa o problema da crise e retomada da hegemonia americana como uma dimensão apenas do processo global de transformação capitalista, iniciado na década de 1970. Além disto, ela propõe uma leitura destas mudanças, que não se submete à agenda da política externa norte-americana, e as analisa do ponto de vista da periferia do sistema, uma visão absolutamente original dentro da economia política internacional, em todos os tempos. Por fim, na contramão do diagnóstico de Suzan Strange, Tavares (1997) não ignora a literatura sobre as relações internacionais, e consegue combinar de forma precisa a análise política à análise econômica, reunindo num mesmo argumento, o movimento da retomada da supremacia americana, o surgimento de um novo regime de acumulação mundial e o redesenho das relações Centro/Periferia à escala global. Sua tese central, na verdade, é um programa de pesquisa de longo fôlego que deu apenas o seu primeiro passo com a publicação do livro *Poder e Dinheiro*.

### 3. O argumento de Maria da Conceição Tavares

A primeira coisa importante a sublinhar é que o ponto de partida de Tavares (1997) já não é mais a crise, é o caminho e as consequências da retomada da hegemonia americana.

as crises que instabilizaram a economia mundial na década de 1970 foram seguidas de dois movimentos de reafirmação da hegemonia americana, no plano geoeconômico (através da diplomacia do dólar forte) e no plano geopolítico (através da diplomacia das armas) que modificaram, profundamente, o funcionamento e a hierarquia das relações internacionais a partir do começo da década de 1980 (TAVARES; MELIN, 1997, p. 55) .

Estes dois movimentos, contudo, não foram apenas uma resposta pragmática ou reativa ao desafio da crise. Foram decisões e políticas que amadureceram durante a década e se transformaram na “visão estratégica da elite financeira e militar que chega ao governo com a vitória de Ronald Reagan em 1980” (TAVARES, 1997, p. 29).

A ameaça externa e a própria crise da sociedade americana, que se estendem através da década de 1970, acabam produzindo uma mudança na correlação de forças políticas dentro do Estado americano e depois, rapidamente, dentro do seu espaço hegemônico. No campo geoeconômico, a diplomacia do dólar forte;

ao manter uma política monetária dura e forçar uma sobrevalorização do dólar, a partir de 1979, permitiu que o Banco Central dos EUA (Federal Reserve – FED) retomasse na prática o controle dos seus próprios bancos e do resto do sistema bancário privado internacional e articulasse em seu proveito os interesses do rebanho disperso (...). A partir daí o sistema de crédito interbancário orientou-se decisivamente para os EUA e o sistema bancário ficou sob controle da política monetária do FED que passou a ditar as regras do jogo mundial (...) (TAVARES, 1997, p. 34).

Ao mesmo tempo, a nova política econômica americana permitiu a soldagem dos interesses globais do capital financeiro internacional, rearticulando os seus múltiplos anéis nacionais, que de uma forma ou outra irão assumindo o poder político, a partir dali, no centro e na periferia do sistema. De tal forma que ainda que ocorresse uma crise financeira global, caberia aos EUA comandarem a reconstrução ou montagem de uma nova arquitetura financeira internacional.

Paralelamente, no campo geopolítico, a administração Reagan deslança uma ofensiva anticomunista, que começa no início dos anos 80, com o anúncio do programa militar Guerra nas Estrelas e culminaria com a decomposição da União Soviética. Dois movimentos em pinça que, segundo Tavares (1997), explicam, em última instância, a gigantesca concentração de poder econômico, militar e financeiro que ocorreu nas duas últimas décadas do século XX. Ou seja, sua tese é de que a retomada da hegemonia americana e a nova financeirização capitalista são duas faces de um mesmo processo, resultado das políticas do próprio governo norte-americano, amadurecidas na hora em que seu poder parecia entrar em decadência.

Esta estratégia e suas políticas mudaram a face econômica e política do capitalismo contemporâneo: primeiro, consolidou-se um novo sistema monetário internacional, baseado no dólar e sem qualquer padrão de referência; e aos poucos,

foram se definindo as regras e instituições de um novo regime de acumulação e de uma nova hierarquia político-militar mundial. A partir dos anos 1980,

o dólar não é mais um padrão de valor no sentido tradicional dos regimes monetários internacionais anteriores (padrão outro-libra e padrão ouro-dólar), mas cumpre, sobretudo, o papel mais importante de moeda financeira em um sistema desregulado onde não existem paridades cambiais fixas (...) e onde o valor do dólar é fixado pela taxa de juros americana, que funciona como referência básica do sistema financeiro internacional em função da capacidade dos EUA em manterem sua dívida pública como o título de segurança máxima do sistema (TAVARES, 1997, p. 64).

Por outro lado, a generalização do processo de desregulação dos mercados de capitais e a dolarização da maior parte dos negócios e da riqueza mundial fizeram com que a gestão monetária do FED se transformasse no poder, em última instância, que administra e arbitra os fluxos financeiros mundiais, os conflitos de interesses entre blocos de capitais e estados, e que promove ativamente a homogeneização das políticas econômicas dos países mais frágeis.

Esta convergência das políticas conservadoras provocou, por sua vez, uma desaceleração seletiva e hierarquizada do crescimento econômico mundial e uma maciça transferência de renda e de capitais do resto do mundo para os títulos do governo e para o mercado americano. Uma tendência irreversível porque

enquanto a taxa de crescimento da economia mundial for inferior à taxa de crescimento americana não há a menor possibilidade dos capitais excedentes, sobretudo os bancários e o das empresas com capacidade ociosa, resolverem investir preferencialmente nos seus países de origem (TAVARES, 1997, p. 42).

Além disto, o novo regime de acumulação tem se caracterizado: i) por um acirramento da concorrência capitalista, responsável por deslocalizações e destruições muito rápidas das atividades produtivas; ii) por uma acelerada concentração de capital, na forma de associações estratégicas e fusões gigantescas, sobretudo no campo das finanças, da indústria bélica e das tecnologias de ponta, como no caso das telecomunicações e da informática; iii) e, finalmente, por um movimento de centralização que tem levado

à localização convergente de capitais patrimoniais e financeiros nos grandes centros decisórios mundiais, sujeitando o direcionamento dos fluxos de capital financeiro e a disponibilidade de crédito e liquidez em qualquer parte do globo à uma lógica financeira centralizada tanto no que toca à fixação de parâmetros de rentabilidade como à distribuição de riscos...de maneira tal que todas as

decisões relevantes que se referem à produção ‘globalizada’ vem sendo tomadas por um conjunto restrito de empresas e bancos dos países centrais cuja estratégia é efetivamente global (TAVARES, 1997, p. 73 e 77).

Por fim, a nova configuração econômica mundial apresenta um dinamismo territorial seletivo e hierarquizado, concentrando-se nos Estados Unidos, Europa e em alguns países do leste asiático, pelo menos até 1997 (com exceção da China). Segundo Maria da Conceição Tavares, a transnacionalização do espaço econômico americano e asiático bem como a integração do espaço europeu vão redefinido os termos da divisão internacional do trabalho, permitindo aos Estados Unidos desempenhar um papel cêntrico que havia sido, até agora, incompatível com o fechamento e autossuficiência de sua economia. Mas, ficam excluídos desta nova “economia-mundo”, a maior parte dos territórios e países periféricos.

A América Latina, em particular, ao optar por uma inserção subordinada no processo de globalização, adota nos anos 1990 um novo padrão de desenvolvimento caracterizado por ciclos curtos com baixas taxas de crescimento, seguidos por períodos de recessão corretiva. No médio prazo, esta trajetória tem provocado reversão da industrialização, aumento da desigualdade e crescente dependência dos fluxos de capital externo. Do outro lado deste regime de acumulação, a nova geopolítica do mundo, sobretudo depois de 1991, também apresenta uma face hierarquizada e unipolar, mas extremamente instável e que limita de forma decisiva a eficácia dos estados nacionais situados nas camadas intermediária e inferior da hierarquia. Neste novo cenário as estratégias econômica e militar do *hegemon* apontam numa mesma direção: a da redução crescente da autonomia dos Estados mais frágeis que ficam incapacitados para estabelecer e sustentar seus próprios objetivos nacionais, sejam eles econômicos ou político-militares.

Tavares (1997) conclui seu argumento perguntando-se pelo futuro da nova supremacia norte-americana. Ela não considera que a ‘transição’ esteja encerrada nem que haja uma nova ordem mundial fechada. Pelo contrário, sugere, cautelosamente,

que quando os gestores da ordem hegemônica buscam um avanço imperial de suas prerrogativas, buscando impingir uma primazia decisória absoluta em todas as áreas da vida internacional, tal linha de ação pode implicar em que se concretizem perdas para os atores mais expostos, acima e além do custo implícito na hierarquização hegemônica. Tais perdas, por seu turno, podem tornar mais atraentes, no curto prazo, políticas de resistência e atrição localizadas frente aos desígnios do *hegemon* (TAVARES, 1997, p. 82).

#### 4. De “Retomada” ao “Poder e Dinheiro”

As teses centrais e o argumento de Tavares (1997) tiveram um papel decisivo na pesquisa comparada e histórica, e na reflexão teórica que culminou na publicação do livro *Poder e Dinheiro*. O projeto, desenhado na segunda metade dos anos 1980, propunha-se acompanhar a trajetória da macro-transformação geopolítica e geoeconômica mundial ocorrida nos últimos 25 anos do século XX. Numa ponta a famosa ‘crise de hegemonia’ e, na outra, o que a literatura convencionou chamar de ‘globalização’. Entre as duas, o movimento estratégico de resposta americana à sua própria crise, seguindo uma política de afirmação ostensiva do poder do dólar e de recomposição da sua liderança militar.

Com a convicção de que a superação da crise não levou a uma simples reestabilização liberal da ordem internacional, como se devia prever a partir da teoria realista da ‘estabilidade hegemônica’, apontando, pelo contrário, para uma nova realidade econômica e geopolítica mundial, centrada, a partir de 1991, na supremacia unipolar dos Estados Unidos. A pesquisa empírica incluiu um estudo comparado de alguns países europeus e asiáticos, e uma investigação histórica mais ampla sobre o duplo movimento que levou, a partir de 1991, à uma supremacia mundial e unipolar dos Estados Unidos. Mantendo-se como seu objetivo último, apresentou-se uma visão sobre o novo lugar da periferia latino-americana durante a ‘transição’ e dentro do horizonte previsível da trajetória mundial.

O avanço da história real, depois de 1985, foi deixando cada vez mais transparente a natureza da crise que começara no início dos anos 1970. Sobretudo suas duas raízes principais: uma nas armas e na guerra e a outra no dinheiro e no regime monetário internacional. Lugares onde se concentraram também as principais decisões e desdobramentos posteriores responsáveis pelas novas instituições e estruturas que se consolidaram nas décadas seguintes, como base da nova ordem mundial e como regras de sua gestão econômica e militar. Ademais, já ficara visível, na segunda metade da década de 1990, que o processo de recomposição da hegemonia norte-americana entrara numa trajetória completamente diferente, depois do fim do desafio socialista. A partir de 1991, mudou a face e a extensão mundial da economia capitalista, e o seu sistema interestatal de gestão política entrou num processo de reorganização radical. Uma transição incompreensível se não se lê corretamente o movimento simultâneo de suas determinações econômicas e políticas desde o início da crise dos anos 70. Campos de força que agem conjuntamente no redesenho dos espaços e das hierarquias políticas e econômicas regionais e mundiais, desarticuladas pelo fim da Guerra Fria e pelo processo simultâneo da globalização financeira, a verdadeira

responsável pela fragilização das fronteiras, entre os estados e as economias nacionais e entre as moedas locais e o capital financeiro internacional.

Neste sentido, pode-se dizer que o fim da Guerra Fria também foi o fim do último suporte político do sistema de Bretton Woods. Uma lenta construção estratégica que começou com a administração Richard Nixon (1969-74) e alcançou seu momento decisivo quando os governos de Ronald Reagan (1981-89) e Margareth Thatcher (1979-90) consagraram uma aliança de poder dentro do mundo anglo-saxão, entre os partidários de uma nova escalada na Guerra Fria e os interesses financeiros de Wall Street e da City de Londres. Aliança que recolocou no topo da hierarquia de interesses anglo-saxões, as ‘altas-finanças aliadas aos “falcões” da política externa e militar dos dois países. Este foi o momento e os interesses que inauguraram, simultaneamente, o que Fred Halliday chamou de 2ª Guerra Fria, e a era das políticas monetaristas e desregulacionistas responsáveis pela aceleração, nos anos 1980, do fenômeno da globalização financeira. Por um lado, avançou a escalada ideológica e militar que conseguiu, em pouco tempo, reenquadrar os aliados europeus e asiáticos e dizimar as resistências periféricas, culminando com a Guerra do Golfo, a rendição da URSS, o fim da própria Guerra Fria. Por outro lado, a promoção ativa da desregulação competitiva dos mercados e da livre circulação do capital financeiro.

Daí a convicção que atravessa o livro *Poder e Dinheiro*, de que a globalização não foi uma obra exclusiva dos mercados ou do progresso tecnológico, envolvendo mudanças nas coalizões de poder das grandes potências e o renascimento da crença ideológica liberal. O livro não desconhece a força e pressão dos mercados, nem tampouco o fato de que as novas tecnologias facilitaram os caminhos abertos pela mão da política. Mas, a trajetória da transformação político-econômica mundial poderia ter sido completamente diferente – a despeito dos mercados e das tecnologias – se não fosse pela natureza dos interesses, pela ideologia e pelas decisões da nova aliança que galvanizou o poder no mundo anglo-saxão e viabilizou a retomada da hegemonia norte-americana que culminou com a queda do Muro de Berlim e a desintegração da União Soviética.

Esta supremacia das altas finanças e das suas políticas desregulacionistas permitem muitos falarem num retorno, neste final de século, aos trilhos da civilização liberal do século XIX. Mas, há que ter cautela com as comparações, sobretudo porque mudou radicalmente aquilo que o livro considera essencial: as relações entre o poder político hegemônico e o regime monetário internacionais.

As novas relações entre o império e o atual sistema monetário internacional – dólar flexível – são completamente diferentes das relações que a

Inglaterra manteve com o sistema do padrão-ouro. Segundo Maria da Conceição Tavares, no seu ensaio de 1985, o novo sistema monetário permite aos Estados Unidos ‘sugar’ riqueza financeira através do manejo de sua moeda que não obedece a nenhum outro padrão de referência que não seja o próprio poder econômico e político norte-americano. Uma realidade que repõe como um problema contemporâneo o que foi uma preocupação obsessiva de Ricardo, ao constatar que “a experiência mostra que sempre que um Estado ou um Banco tiveram poder ilimitado de emitir papel-moeda, abusaram desse poder (...)” (RICARDO, 1982, p. 241). Mas, ao mesmo tempo, esta nova realidade traz para o primeiro plano da discussão teórica, o velho enigma da relação entre o poder, as armas e o dinheiro, e destes com o conflito de interesses e classes, como fonte de acumulação da riqueza capitalista e como motor das grandes transformações estruturais do capitalismo histórico.

O conflito de interesses e classes não tem lugar no pensamento mercantilista. Contudo, o poder dos príncipes e a competição dos estados ocupam um lugar central na sua visão sobre a origem da riqueza das nações. Mesmo que eles não tenham desenvolvido sua tese de forma sistemática ou teórica, os mercantilistas são os primeiros a identificar a relação congênita do poder político com a riqueza capitalista, e a importância do dinheiro na competição entre os estados territoriais e na criação do excedente econômico. São eles que fundam, em última instância, a economia como política econômica e para eles o crescimento do poder estava essencialmente ligado ao crescimento da riqueza e vice-versa. Já no século XVII, Josiah Child afirmava taxativamente: “(...) considero absolutamente necessário que se tenha em conta conjuntamente a ganancia e o poder”, e Francis Bacon, definia a causa, em última instância, da memorável aliança, entre o príncipe e o capital, ao afirmar que “os soberanos devem estar em guarda para que nenhuma dos seus vizinhos cresça em proporções tais que cheguem a constituir uma ameaça contra eles mais do que antes” (*apud* HECKSHER, 1955, p. 468). Uma ideia que reaparece mais tarde no nacionalismo econômico do século XIX, e está por detrás de todas as estratégias e políticas neo-mercantilistas do século XX.

A economia política clássica é que desloca o Estado do núcleo de sua teoria sobre o excedente e a acumulação capitalista. Tanto Smith, quanto Ricardo deslocam o Estado do centro analítico de sua teoria do valor e da distribuição, reconhecendo apenas o seu papel como árbitro condicionador do conflito de interesses entre os salários e os lucros. Marx vai mais além, trazendo a luta de classes para o *core* analítico de sua teoria do valor e da acumulação, mas elimina teoricamente o Estado e os territórios de suas leis de movimento do Capital. Coube aos neoclássicos completarem esta cirurgia colocando no centro de sua teoria da

distribuição, a relação entre oferta e demanda no lugar do conflito de interesses, e transformando o Estado numa externalidade que responde de forma absolutamente neutra e funcional às falhas de mercado. A revolução keynesiana apesar de ter virado de cabeça para baixo a teoria ortodoxa, e mesmo as teorias do desenvolvimento econômico, mantem a mesma concepção de Estado dos neoclássicos: uma instituição homogênea e exógena capaz de decidir e implementar políticas econômicas que corrijam a ação deficiente dos mercados. Uma espécie de ente epistemológico alheio aos conflitos de interesse e externo ao processo de produção e distribuição da riqueza. Finalmente, os novos clássicos do final do século XX levam às últimas consequências a tentativa de impermeabilização do mundo econômico ao diluir os conflitos e submeter as decisões políticas às mesmas leis que regeriam o mercado, fundadas no princípio da utilidade marginal e da escolha racional. Um longo e inútil esforço para eliminar teoricamente o papel econômico da relação entre o dinheiro, o poder, as classes sociais, e a acumulação e distribuição desigual da riqueza capitalista. Inútil porque reaparece a cada nova conjuntura de crise e porque se trata de uma equação encravada na gênese conceitual e na trajetória histórica do capitalismo.

Quando esta equação é olhada pelo lado do dinheiro, o problema já aparece na própria ambiguidade do seu conceito. Por definição, a moeda é um bem público (o lado destacado por Kindelberger e todos os teóricos da estabilidade hegemônica) mas é também um instrumento de enriquecimento privado. Adam Smith sublinhou esta ambiguidade quando advertiu para “a avareza e a injustiça dos nobres e dos estados capazes de alterarem o valor das suas moedas, dando origem por vezes a consequências mais graves para as fortunas privadas do que qualquer grande calamidade” (SMITH, 1984, p. 24). Marx, por outro lado, já dizia nos Grundrisse (1973) que “a finalidade do trabalho não é um produto particular, mas sim o dinheiro, ou seja, a riqueza na sua forma universal (...)”. E Keynes (1982) reconhecia na sua Teoria Geral que “numa economia empresarial (...) o empresário está interessado não no volume do produto, mas no volume do dinheiro que espera receber.” Por isto tem razão Luiz Gonzaga Belluzzo quando diz que “numa economia com estas características, tanto a produção de mercadorias quanto a posse de ativos é uma aposta, em condições de incerteza, na capacidade destas formas de riqueza preservarem seus valores em dinheiro”, chamando atenção, ao mesmo tempo, para o fato de que as regras da gestão monetária não caem do céu e “dependem em boa medida de convenções que nascem do embate entre as frações capitalistas e entre estas e as classes assalariadas” (BELLUZZO, 1997, p. 155-56).

Quando olhada a mesma equação pelo lado do poder, o problema começa pelo fato de que ele está na própria origem, na criação e validação da moeda. Do

ponto de vista real, a moeda só existe e adquire universalidade a partir do momento em que é unvida por algum poder que a designa e sustenta, bancando, em última instância, o seu valor. Como diz Smith,

para prevenir abusos, facilitar trocas e assim fomentar todos os tipos de indústria e comércio, os países que se preocuparam com o seu desenvolvimento foram obrigados a cunhar certas quantidades dos metais normalmente usados para efetuar a troca das mercadorias. É esta a origem da moeda cunhada, e dessas instituições públicas chamadas casas da moeda; estas são exatamente da mesma natureza das instituições que põem um selo de garantia nas roupas de linho e lã. Em ambos os casos se pretende garantir, por meio de um selo público, a quantidade e a qualidade uniforme das diferentes mercadorias levadas ao mercado (SMITH, 1984, p. 23).

Em síntese, o dinheiro só tem validade e curso normal dentro de cada país, porque está assegurado por uma autoridade que acabou assumindo a forma, a partir do século XVII, dos bancos centrais. Mas, o mesmo deve ser dito da circulação supra-estatal do dinheiro, e do primeiro regime monetário internacional que só se viabilizou na medida em estava lastreado pela Libra, pelo Banco da Inglaterra e pelo poder econômico e político do país hegemônico. Mas a aparência contratual do regime monetário, esconde, de forma mais sutil, uma dimensão essencialmente contraditória do capitalismo. Belluzzo (1997) chama atenção para o fato de que toda gestão monetária atende e cristaliza uma correlação de forças entre as classes e as várias frações do próprio capital.

Contudo, existe algo a mais, encoberto pelo dinheiro e pelos regimes monetários internacionais e que está ausente da análise marxista: a contradição entre a natureza global e universalizante do capitalismo e dos seus fluxos econômicos e a multipolaridade de sua gestão política e do seu desenvolvimento territorial. Cada país tem sua moeda designada pelo seu Estado e ela pode ou não ter validade em outros territórios e jurisdições políticas. Investigando a origem das trocas, Smith já dizia que

a fim de resolver estas situações, os homens previdentes devem ter procurado, em cada período da sociedade, depois do estabelecimento da divisão do trabalho, efetuar os seus negócios de maneira a ter sempre à sua disposição, além do produto do seu próprio trabalho, uma certa quantidade de qualquer outra mercadoria facilmente negociável (...) mas em todos os países, porém, os homens parecem ter sido finalmente obrigados a preferir os metais para este tipo de utilização (SMITH, 1984, p. 22).

E Ricardo (1982, p. 108) acrescentaria mais tarde que “o valor do dinheiro jamais é o mesmo em dois países quaisquer (...)”. Neste sentido, o dinheiro constitui-se no denominador comum de todas as formas de riqueza dentro de um território e, ao mesmo tempo, define uma equivalência com a riqueza dos demais territórios. Com efeito, o poder monetário de arbitragem nacional e de senhoriagem internacional são peças decisivas do movimento de acumulação assimétrica dos capitais privados, e da distribuição desigual da riqueza mundial entre os vários estados nacionais. Noutras palavras, a administração da moeda tem um papel decisivo tanto na competição intercapitalista como na luta pelo poder e a hegemonia internacionais. E cada sistema ou regime monetário internacional representa uma ‘síntese’ transitória da correlação de forças entre agentes privados e poderes políticos, e uma verdadeira radiografia do grau de soberania econômica de cada estado nacional. Como diz Belluzzo, “os regimes monetários internacionais apresentam peculiaridades que decorrem das relações indissociáveis, mas conflituosas, entre a soberania dos Estados nacionais e as forças privadas da ‘generalização’ mercantil e financeira” (BELLUZZO, 1987, p. 162). Por isto os regimes monetários são uma dimensão decisiva para a compreensão da dinâmica global econômica e política do sistema capitalista, e, portanto, também para as relações entre o seu Centro e suas Periferias, um aspecto que esteve quase sempre ausente da literatura estruturalista latino-americana.

Esta contradição reflete-se no comportamento da classe mais diretamente ligada à gestão do dinheiro. A classe financeira ou as altas finanças, como diz Karl Polanyi (1980), sempre tiveram um comportamento ambíguo. Por um lado, são cosmopolitas e pacifistas, porque uma vez estabelecida uma determinada hierarquia de moedas, qualquer alteração significaria gigantescas transferências de riqueza. Mas, por outro lado, não podem se desfazer do seu vínculo territorial com uma determinada jurisdição política e monetária, onde reproduzem e realizam, em última instância, o valor da sua riqueza. Por isto, em todas sociedades e momentos do capitalismo, o capital financeiro se projetou para fora, seja como forma de conquista ou como forma de preservação do seu valor patrimonial. Num caso, movido pelo objetivo de expansão do seu território de arbitragem, no outro caso, como uma forma de assegurar-se contra as incertezas, ancorando sua riqueza nas moedas mais sólidas.

Este mesmo movimento expansivo, sobretudo das moedas mais sólidas, é que reaproxima de tempo em tempo, a moeda das armas, quando se agudiza a sua competição por novos territórios que se submetam, em última instância, ao seu próprio sistema de pagamentos e ao seu poder de senhoriagem. Nestes momentos que a classe financeira abandona seu cosmopolitismo e seu pacifismo em nome de

seus projetos imperiais, explicitando a relação oculta entre a moeda e as armas, porque todo regime monetário internacional reflete uma relação transitória de poder entre as grandes potências detentoras das grandes moedas. Como afirmado anteriormente, “o poder dentro do sistema capitalista ora assume a sua forma mais abstrata do dinheiro, ora assume a sua forma mais dura e visível das armas sem que seja possível jamais alcançar uma estabilidade ou equilíbrio de longo prazo” (FIORI, 1999, p. 63). A geoeconomia e a geopolítica mundiais, os regimes monetários e os sistemas hegemônicos interagem, portanto, permanentemente, e só a sua compreensão conjunta permite explicar a morfologia dos ciclos econômicos e políticos do sistema.

O livro *Poder e Dinheiro* retoma explicitamente o caminho aberto pela teoria do capital financeiro e do imperialismo, de Hilferding (1985) e de Bukharin (1984), verdadeira origem da economia política internacional. Eles também analisam um período da história econômica e política europeia quando a convergência entre o poder das armas e das finanças inglesas liderou a expansão colonialista europeia, até o momento em que a competição interestatal e imperialista destruiu a complementariedade competitiva e o equilíbrio de poder que estabilizaram a hegemonia inglesa. Também naquele período, a supremacia do capital financeiro inglês uniformizou os interesses das burguesias e das elites políticas europeias, e forçou a convergência das políticas econômicas dos seus estados nacionais. Analisando esta nova realidade, Hilferding (1985) reintroduz a política e a relação entre os Estados na discussão teórica das leis de movimento do capital. Sua nova leitura do capitalismo, na entrada do século XX, lhe permite ver que

o poder político é decisivo na luta competitiva de caráter econômico, e para o capital financeiro a posição do poder estatal é vital para o lucro...um estado forte que faça valer seus interesses no exterior...e que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento (HILFERDING, 1985, p. 293 e 314).

Por outro lado, Bukharin (1984) antecipa o sentido essencial do movimento da globalização, ao perceber que “um império universal, é o ideal sonhado do capital financeiro (...) [e nesta luta] vai buscar seu último argumento na força e na potência da organização do Estado” (BUKHARIN, 1984, p. 99).

Eles são os primeiros a perceber o efeito explosivo que tem a convergência de interesses entre o grande capital financeiro e a hegemonia inglesa, sobretudo a partir do momento que entra em choque com os projetos imperiais dos outros Estados que conseguiram recuperar o seu atraso e industrializar-se, na segunda metade do século XIX. A Inglaterra também enfrentou uma crise econômica na

década de 1870, e sua resposta e reafirmação de sua supremacia passou pela imposição do poder de sua moeda e de seu capital financeiro. Fenômeno que se repete um século depois e esta é a grande originalidade, do nosso ponto de vista, da tese de Tavares (1985) sobre a resposta americana à crise de 1970.

### 5. Do “Poder e Dinheiro” ao “Estados e Moedas”

Na década de 1990, o *mainstream* da economia política internacional, sobretudo nos EUA e Inglaterra, deslocou sua atenção para o tema do fim das soberanias nacionais. Um debate agendado, uma vez mais, pela discussão das Grandes Potências sobre a legitimidade de suas “intervenções humanitárias” em territórios de estados que abusem do seu poder desrespeitando os “direitos humanos” de suas populações (JACKSON, 1990; LYONS; MASTANDUNO, 1995; HEHIR, 1995; KEOHANE, 1995; THOMPSON, 1995; BIERSTEKER; WEBER, 1996 e KRASNER, 1999).

Uma tese apoiada, por muitos autores, no argumento material e na visão positiva e otimista de que a globalização econômica já derrubou as fronteiras territoriais e desfez a base material dos egoísmos nacionais, criando as condições de um mundo único, integrado, e pacífico, que deve ser defendido pelos estados originários, alinhados com o ideal cosmopolita e a visão iluminista de um direito universal de origem europeia. Uma discussão enviesada pela ótica dos países centrais e por um conceito falacioso da soberania, como se fosse um poder supremo, absoluto, perpétuo, indivisível e inalienável, e que teria se mantido igual através do tempo. Jurisdições políticas que não se justificam mais, nem são capazes de se sustentar frente ao poder das grandes corporações multinacionais e dos agentes dos mercados financeiros globais.

O que a história moderna ensina, entretanto, é que universalização dos Estados Nacionais foi um fenômeno muito recente. Começou com a decomposição dos impérios ibéricos e a independência norte-americana no início do século XIX, mas no início do século XX, grande parte da população mundial ainda vivia no território dos impérios europeus e não havia mais do que 30 ou 40 estados independentes. Hoje eles são cerca de 190, e se multiplicaram em três grandes momentos: logo depois da Primeira Guerra Mundial, quando se dissolveram os impérios austro-húngaro e otomano; depois da Segunda Guerra Mundial, quando se desmembraram os impérios europeus na Ásia e na África; e depois de 1991, quando se desintegrou o território do velho império russo. Portanto, se os Estados territoriais nasceram na Europa do século XVI, foi apenas no século XX que se transformaram num fenômeno universal, e durante este processo, a soberania nunca

foi um poder absoluto e sempre foi objeto de conflitos, bem como de negociações que redefiniram seu significado e extensão várias vezes, através do tempo e dos vários espaços geopolíticos mundiais. Além disto, ela sempre obedeceu a uma hierarquia liderada por um pequeno número de grandes potências europeias, às quais se juntaram no século XX, os Estados Unidos e o Japão. E hoje, esta discussão sobre a “morte do Estado” trava-se na hora em que não apenas está aumentando a competição entre estes, pelos capitais e investimentos internacionais, como também cresce o número dos novos territórios independentes.

Por outro lado, a história também ensina que os Estados não apenas nasceram junto com o capitalismo, como estabeleceram com ele, através dos séculos, uma relação tormentosa, mas indispensável e frutífera para os donos do dinheiro tanto quanto para donos do poder político. Uma verdadeira compulsão conjunta à expansão e à extraterritorialidade, o que fez com que os primeiros Estados já nascessem como Impérios coloniais, e com que o capitalismo fosse, desde sua primeira hora, uma espécie força globalizante. Por isto, suas relações e fronteiras sempre foram mutantes e disputadas, alternando-se os períodos de maior ou menor primazia do poder político ou do capital.

O que estaria passando de novo com a soberania dos Estados e sua relação com a globalização, no final de século XX? Em primeiro lugar, não há dúvida que ocorre um novo ciclo de aceleração do processo permanente de internacionalização capitalista; em segundo lugar, este ciclo é acompanhado de uma mudança radical do quadro geopolítico mundial, que começou com o fim Guerra Fria e; em terceiro lugar, como consequência, o mundo passa por um destes momentos históricos de renegociação das suas hierarquias geopolíticas e geoeconômicas e portanto, também, dos graus de soberania de cada uma de suas jurisdições políticas. Esta reconstrução não é um processo automático e tem se dado de forma absolutamente diferente no núcleo central e na periferia do sistema, na Ásia e na América Latina, dependendo das estratégias regionais e globais de desenvolvimento e expansão de cada estado.

Esta visão das transformações mundiais e do problema da soberania, no caso dos países periféricos encaminhou a pesquisa apresentada no livro *Poder e Dinheiro* numa direção completamente diferente do *mainstream* anglo-saxão. A atenção deslocou-se para o problema das estratégias estatais de desenvolvimento econômico dentro das novas condições internacionais, mantendo como seu ângulo

privilegiado de leitura, as relações entre o poder e o dinheiro e entre os regimes monetários internacionais e o sistema interestatal de gestão política do capitalismo.<sup>8</sup>

A estrutura do livro *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações* explicita imediatamente o seu projeto analítico. Sua análise histórica compara as trajetórias nacionais e internacionais dos Estados que se juntaram à Inglaterra, na segunda metade do século XIX, transformando-se no núcleo central do capitalismo industrial, responsável pelo seu dinamismo econômico-tecnológico e pela sua administração política e financeira, até o final do século XX. Os mesmos Estados que participaram da competição imperialista e enfrentaram-se nas duas Grandes Guerras mundiais sem jamais abandonar o epicentro dinâmico e dinamizador do sistema, fosse sob a hegemonia inglesa e o regime monetário internacional do padrão ouro-libra, fosse sob a hegemonia norte-americana e o regime do padrão dólar-ouro, ou ainda durante a vigência sistema monetário atual, o dólar-flexível. Um núcleo hierarquizado e competitivo, mas que atuou em conjunto até depois da Segunda Guerra Mundial no controle colonial da África e da Ásia e que estabeleceu relações comuns e específicas com a periferia latino-americana. No século XX, e sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, o livro compara e analisa os projetos e as trajetórias bem-sucedidas de alguns poucos países em desenvolvimento que tiveram sucesso sob a égide americana e do regime dólar-ouro, iniciando a discussão sobre as perspectivas de desenvolvimento abertas ou fechadas pela nova geometria político-econômica do início do século XXI.

A hipótese central do livro é que os espaços e oportunidades para o desenvolvimento dos países periféricos, em cada período histórico, dependeu da forma em que eles enfrentaram sua restrição externa ligada a dois constrangimentos fundamentais:

i) as características gerais do regime monetário internacional e, em particular, a forma pela qual o país central opera o padrão monetário internacional; ii) e a orientação geopolítica da (s) potência(s) dominante(s). O país que emite a moeda de curso internacional, por não estar diretamente sujeita à restrição de balanço de pagamentos, cumpre um papel fundamental no controle da expansão da demanda efetiva e da liquidez internacional (...) mas por outro lado a forma e a direção que a criação de mercados e a expansão da integração financeira comandada pelos países centrais assumirem, serão influenciadas pela situação geopolítica internacional (...). (MEDEIROS; SERRANO, 1999, p. 120).

---

<sup>8</sup> Foi neste sentido que Strange (1986) afirmou que muitas decisões políticas sobre a moeda têm profunda relação com a relação de perdas e ganhos entre classes sociais e Estados Nacionais.

Por este caminho, o livro *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações* retoma a trilha do estruturalismo e a velha agenda de discussão latino-americana sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo internacional. A partir de uma redefinição do paradigma centro-periferia e das estratégias econômicas e comerciais que foram chamadas de *hacia afuera* e *hacia adentro*. E também, a partir de uma releitura crítica do paradigma que classificou e distinguiu as industrializações originárias e tardias.

Com relação ao modelo cepalino, *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações* distingue-se pela importância que atribui às moedas, aos regimes monetários, ao capital financeiro, e à posição de cada Estado na hierarquia e na competição geopolítica mundial e regional, para a compreensão das relações entre o centro e a periferia do sistema. Além disto, “mesmo do ponto de vista estritamente econômico, parece ser necessário uma releitura crítica dos dois modelos cepalinos de crescimento *hacia afuera* e *hacia adentro* para explicar o dinamismo do nosso capitalismo” (TAVARES, 1999, p. 456). Uma designação imprecisa e incompleta para dar conta de um movimento que envolveu políticas e estratégias econômicas nacionais e processos de diferenciação estrutural muito diferentes, entre os vários países latino-americanos.

Por fim, *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações* considera que a distinção entre os casos originários e tardios de industrialização somente tem importância analítica quando se examina em conjunto o nascimento dos Estados e dos capitalismo nacionais, dentro do espaço europeu. Por isto, sua investigação teórica e histórica recua no tempo e resgata autores menos frequentados pelo debate clássico sobre o desenvolvimento econômico, como é o caso de Max Weber, Rudolf Hilferding e Karl Polanyi, mas também de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Autores que tem em comum o uso da história de longo prazo, como explicação e como validação de suas teses que mantém inseparáveis as dimensões políticas e econômicas, na análise do desenvolvimento do capitalismo histórico.

Não cabe repetir, nem a investigação, nem a análise histórico-comparativa que está no livro *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Cabe apenas sublinhar aqueles avanços analíticos que prolongam a pesquisa iniciada com a retomada da hegemonia americana (TAVARES, 1985), e anunciam as suas novas perguntas e dificuldades. Desta perspectiva, o estudo deste último século e meio, periodizado pelos regimes monetários e geopolíticos, permite identificar alguns caminhos ou padrões de desenvolvimento que podem ser pensados, analiticamente,

como quatro grandes tipos-ideais, consideradas as condições internas e externa, estruturais, monetárias e políticas do seu sucesso.

Durante a hegemonia liberal inglesa e a vigência do padrão-ouro, houve duas trajetórias, tipos-ideais ou estratégias bem-sucedidas de desenvolvimento econômico. Medeiros e Serrano, sublinhando o carro-chefe ou a atividade econômica responsável pelo dinamismo do crescimento, falam de um modelo ou tipo industrializante e noutro de tipo primário-exportador, “o primeiro liderado pelo estado e centrado na formação, expansão e proteção do mercado interno; e o outro complementar à estrutura produtiva inglesa e baseado na produção especializada de *commodities*”(MEDEIROS; SERRANO, 1999, p. 125).

O primeiro tipo-ideal incluiu, historicamente, os casos europeus estudados por Gerschenkron (1962), mas também os Estados Unidos e o Japão que não correspondem ao seu modelo de industrialização tardia, mais adaptado à Rússia, Alemanha ou mesmo a Itália. O segundo tipo-ideal incorporou vários países latino-americanos que correspondem ao modelo periférico identificado por Prebisch (1960), mas também alguns territórios – os de maior sucesso – que gozaram da condição formal ou informal de *dominion* ingleses. Só quando se toma em conta, além dos fatores estruturais, a inserção geoeconômica e geomonetárias destes países é que se consegue distingui-los. Por exemplo, no caso dos países que seguiram a trajetória industrializante, é só assim que se consegue perceber a originalidade dos Estados Unidos e do Japão.<sup>9</sup> Neste período, entretanto, a Europa se mantém como epicentro da competição e do dinamismo do sistema capitalista, que se para o resto do mundo, sob o comando do seu capital financeiro. A sua guerra civil milenar foi e seguiu sendo durante o longo século XIX, o verdadeiro dínamo do capitalismo e do sistema interestatal, e só ali se pode falar da força propulsiva do atraso, entre países, povos e culturas que em algum momento estiveram mais ou menos nivelados em termos de poder econômico e militar. Contudo, mesmo assim, não se compreenderia o sucesso das industrializações tardias europeias, se não fosse pela sua complementariedade competitiva com a Inglaterra, e se a Inglaterra não tivesse

---

<sup>9</sup> O primeiro, usufruindo, desde o século XIX, da condição de principal destinatário dos investimentos externos ingleses, como se fosse ainda um *dominion* ou território contínuo da Inglaterra, em termos econômicos e culturais. Porém, ao mesmo tempo, manejando com autonomia sua relação com o padrão ouro, e utilizando instrumentos de proteção mais amplos e agressivos do que aqueles utilizados pelos países europeus de industrialização tardia. A primeira industrialização japonesa, por outro lado, ficaria também ininteligível se não toma em conta as condições geopolíticas regionais, que incentivaram a sua industrialização militarizada e sua expansão e conquista imperial de uma parte significativa do leste asiático. Tudo isto sob o olhar complacente da Inglaterra, com quem aliou-se na Primeira Guerra Mundial, e que lhe concedeu o direito de participar, como sócio menor, do clube das grandes potências, nas negociações de paz de Versailles. Fenômeno que se repetiria depois de 1930, com a reconquista militar do que o Japão considerava seu espaço vital.

mantido seu “déficit de atenção” estratégico com relação aos seus concorrentes europeus.

A inserção diferenciada, geopolítica e geoeconômica, parece ser também um fator decisivo para distinguir, e compreender o maior ou menor sucesso econômico dos países primário-exportadores. De um lado, há que colocar os *dominions* formais ou informais da Inglaterra, verdadeiros territórios contínuos da metrópole, com quem mantinham uma completa integração produtiva e de onde vinham vultuosos investimentos diretos, assegurados em última instância, pelo Banco da Inglaterra. Em síntese, uma situação geoeconômica e política que lhes assegurava os mercados, os investimentos e o crédito contra efeitos perversos das flutuações cíclicas da economia central. De outro lado, no resto da periferia, submetida ao padrão ouro, mas não avalizada pelo Banco da Inglaterra, o sucesso foi menor e entrecortado por crises periódicas e ajustamentos deflacionários, acompanhados de queda dos preços dos produtos primários, crise aguda do balanço de pagamentos, e abandono temporário do padrão ouro e, nos casos mais graves, moratória com novos endividamentos junto a banca privada, sobretudo inglesa. Foi nestes territórios que se manifestou, pela primeira vez, a restrição externa cambial diagnosticada mais tarde pelos estruturalistas.

Durante o período do padrão dólar e da Guerra Fria, também é possível identificar dois tipos básicos, tipos-ideais e bem-sucedidos de desenvolvimento nacional. Mas nesta nova configuração, o fator chave e diferenciador se desloca, de forma mais explícita, para o campo da geopolítica. Todos os projetos desenvolvimentistas se propuseram como objetivo, a industrialização. E todos os Estados puderam usufruir das condições criadas pelo sistema monetário de Bretton Woods, que estabelecia paridades relativamente fixas e permitia o controle nacional da circulação de capitais, ao contrário do padrão libra-ouro. Com isto, os Estados ganharam autonomia para definir seus objetivos e suas políticas econômicas nacionais. Foi neste espaço que se viabilizaram, as políticas keynesianas anticíclicas, as políticas sociais e de proteção que deram origem ao *welfare state*, assim como todas as políticas de natureza desenvolvimentista. E ninguém tem mais dúvidas sobre a importância que teve a competição interestatal bipolarizada da Guerra Fria, para a sustentação desta ordem mundial capitalista e liberal, mas que “tinha o propósito declarado de estimular o acesso à riqueza através do crédito dirigido à acumulação produtiva, como desiderato de manter o pleno emprego (...)” nos países centrais e de acelerar as taxas de crescimento e o desenvolvimento dos países atrasados e periféricos. (BELLUZZO, 1999, p. 101)

Mesmo utilizando duas categorias heterogêneas ou dois tipos-ideais, pode-se falar neste período, como uma primeira aproximação de um tipo de desenvolvimento a convite, e de um outro tipo dependente e associado (MEDEIROS; SERRANO, 1999). Na primeira categoria, incluem-se os milagres econômicos europeus e a reconstrução japonesa, seguida pelos quatro tigres asiáticos. Em todos os casos pesou, decisivamente, a posição ocupada dentro do tabuleiro do confronto central com a União Soviética, responsável pelos planos de ajuda, pelos gastos militares, e pelas condições especiais de acesso ao mercado norte-americano. Todavia, há que distinguir claramente a posição geopolítica e geoeconômica europeia, da situação asiática. O Japão, por exemplo, depois da Segunda Guerra Mundial,

foi obrigado a secundar a presença norte-americana no seu antigo espaço-vital, sem dispor mais de poder militar próprio, e sem o beneplácito americano para exercer a função de coordenação política do espaço econômico por onde se espalharam seus capitais de investimento (...) [sendo] transformado num híbrido neomercantilista sob proteção militar externa que acabou reconvertendo-se numa potência industrial e comercial sem conseguir impor o seu sistema financeiro à sua própria região, ou mesmo construir um sistema de pagamentos regional baseado na sua moeda (FIORI, 1999, p. 75).

Já no caso europeu a proteção americana induziu e facilitou um projeto de integração regional sob a batuta econômica dos alemães e de sua moeda, com um regime monetário e um sistema de pagamentos próprio, mas a Alemanha transformada num protetorado militar.

Muito longe da Guerra Fria e muito próximo dos Estados Unidos, alguns países latino-americanos se transformaram no espaço privilegiado de experimentação do quarto e último ‘tipo-ideal’, que foi chamado, pela literatura dos anos 1970, de desenvolvimento dependente e associado, e que só teve sucesso real e durador – do ponto de vista do seu objetivo industrializante – no Brasil e no México. A maioria dos países latino-americanos responderam à crise de 1930, tomando o caminho obrigatório da substituição de importações. Mas, depois de 1950, sem contar com as mesmas condições e facilidades oferecidas aos “convidados estratégicos” dos Estados Unidos, só alguns conseguiram levar a frente seus projetos desenvolvimentistas, aproveitando-se da autonomia político-econômica assegurada pelo regime monetário de Bretton Woods e do afluxo de investimentos diretos estrangeiros que asseguraram o dinamismo do modelo, associados com o investimento público e as empresas estatais. Uma estratégia que fez da América Latina, lugar privilegiado e pioneiro da internacionalização dos mercados internos, e da inserção década de 1970 no incipiente processo de globalização financeira. O

modelo se propunha construir uma estrutura industrial integrada, mas não se propôs – ou não pôde se propor – nenhum projeto de poder nacional. Se tomarmos o caso brasileiro, que foi paradigmático, pode-se ver com clareza que a ideia nacionalista de construção de uma potência regional foi rigorosamente vetada, tanto na sua versão nacional-populista da época de Vargas, como na sua versão militar, de potência emergente, do governo Geisel. De tal maneira que se “foi possível conciliar, com o apoio norte-americano, o liberalismo internacionalizante de suas elites civis, econômicas e políticas, com o nacionalismo anticomunista de suas elites militares, promovendo um acelerado processo de industrialização (...)” (FIORI, 1999, p. 77), não foi possível nem necessário dar-lhe um conteúdo nacional que passasse pela mobilização e inclusão social da população.

Como se sabe, este modelo ou padrão de desenvolvimentismo entrou em crise terminal, na década de 1980, exatamente por causa de sua fragilidade financeira externa. E suas elites econômicas e políticas puderam aderir com rapidez e facilidade, na década de 1990, à nova estratégia neoliberal patrocinada pelas grandes potências, porque seu poder e riqueza não tinha maior vinculação e compromisso com qualquer ideia de Nação.

O livro *Poder e Dinheiro* analisa exaustivamente as transformações mundiais que começam em 1970 e acabam reestruturando radicalmente o ambiente geoeconômico e geopolítico do desenvolvimento mundial e nacional do capitalismo. Um novo regime monetário internacional e uma nova geometria de poder que redefinem, sobretudo depois de 1990, as condições e as possibilidades de crescimento econômico dos países mais atrasados com relação ao núcleo central do sistema. O próprio núcleo central do sistema está passando por uma profunda transformação: do ponto de vista geopolítico, desde 1991, estão sendo redefinidos seus membros e suas regras de hierarquização e funcionamento. E, do ponto de vista monetário, a hierarquia e a flutuação de suas três principais moedas de referência – o dólar, o marco/euro e o iene – estão no epicentro da revolução financeira e da instabilidade sistêmica que caracterizou a economia capitalista nas duas últimas décadas do século XX.

Nas relações entre os Estados Unidos e a Europa está claro tanto o jogo financeiro quanto a hierarquia de poder, dada a supremacia da política diplomática e militar norte-americana auxiliada pelo alinhamento da Inglaterra com os desígnios da potência hegemônica. O grande problema está na Ásia, onde é difícil ordenar o jogo monetário-financeiro e hierarquizar as relações da potência hegemônica com o Japão e a China. Sobra ainda o problema não trivial de como operacionalizar o jogo com os países continentais tão assimétricos em poder militar e financeiro, como Índia e Rússia, e como regular de vez o padrão monetário da América Latina (...) (TAVARES, 1999, p. 481).

Neste momento, portanto, o foco das incertezas é muito amplo e fragmentado, porque se está vivendo um processo de mutação análogo ao que ocorreu depois de 1870. Sobre todos paira a incerteza sobre os desdobramentos do projeto imperial hegemônico, que tem seu polo central em Washington, mas que assume cada vez mais uma fisionomia anglo-saxã.

Do ponto de vista do desenvolvimento de suas regiões mais atrasadas, a Europa só se viabilizará caso consiga apagar os últimos vestígios de sua guerra civil secular, e constituir um Estado único capaz de unificar e sustentar sua moeda e uma estratégia militar autônoma. Enfrentando, ao mesmo tempo, a questão da sua dupla velocidade do seu desenvolvimento europeu, a sua velha questão do leste que se repõe periodicamente, seja na forma de retrocessos sociais, como no caso do século XVII, seja na forma de movimentos ou revoluções nacionalistas e socialistas, como no século XIX e XX. Mas neste caso, colocam-se duas perguntas de difícil resposta: como manter o ritmo de crescimento europeu sem a competição interestatal que esteve na origem do seu próprio capitalismo? E como desenvolver suas regiões atrasadas sem que elas recorram às estratégias nacionalistas ou neomercantilistas utilizadas no século XIX, pelos países europeus atrasados com relação à Inglaterra?

No outro extremo do sistema, a presença americana também é uma peça chave na incógnita asiática. É muito difícil imaginar uma unificação político-econômica das grandes civilizações asiáticas, e não é provável que o Japão, a China ou a Coreia aceitem uma hegemonia regional que seja também capaz de sustentar um regime monetário e um sistema de pagamentos comum às principais economias da região. Contudo, mesmo que se pudesse examinar teoricamente esta hipótese, ela enfrentará a oposição ativa e permanente dos Estados Unidos e da própria Europa. Por isto, não é improvável o ressurgimento regional de casos de desenvolvimento a convite, agora destinados a isolar ou cercar o espaço de expansão natural do poder chinês. E neste caso, é provável também que os países continentais como a China, a Índia e a Rússia sejam forçados a retomar o modelo neomercantilista das industrializações tardias europeias do século XIX na direção de uma política de desenvolvimento tão ou mercantilista e nacionalista do que foram as industrializações tardias da segunda metade do século XIX. China e Índia dispõem de arsenais atômicos e de estratégias militares nacionalistas e autônomas, situando-se no cenário internacional como potências intermediárias com pretensões hegemônicas regionais. Enquanto que a Rússia segue sendo a segunda maior potência nuclear do mundo e vem dando sinais cada vez mais evidentes de que pretende retomar o seu caminho secular de afastamento estratégico da Europa e dos Estados Unidos e de militarização de sua economia.

Longe, uma vez mais, das bipolarizações que se anunciam no cenário geopolítico e do espaço geoeconômico mais dinâmico do capitalismo, a América Latina transformou-se, no final do século XX, no espaço privilegiado de experimentação de um novo modelo de desenvolvimento, muito mais próximo do seu paradigma no século XIX, do que de sua trajetória desenvolvimentista, posterior a 1930. Um modelo que foi experimentado no Chile, depois de 1973, e que muito mais tarde foi sintetizado na proposta geoeconômica do Consenso de Washington: desregulação dos mercados, privatizações, ortodoxia macroeconômica e aposta no dinamismo dos investimentos estrangeiros. Uma estratégia que se manteve vigente até a crise mexicana de 1994 e que, depois da crise brasileira de 1998, transformou-se num simulacro do modelo dos *dominion* ingleses, sob uma tutela do FMI e do Tesouro dos Estados Unidos, mas sem contar com *last resort lender* do banco central americano e, portanto, sem poder garantir a estabilidade cambial requerida pelos capitais internacionais. Como resultado dessa estratégia estava a busca de credibilidade internacional e, assim,

os estados nacionais destas economias emergentes abandonaram qualquer objetivo e estratégia própria e foram sendo transformados numa espécie de guardiões paralíticos de uma moeda que de fato não dispõem e de um equilíbrio fiscal que lhes escapa das mãos como resultado do círculo vicioso provocado por sua própria política monetária (FIORI, 1987, p. 141).

## 6. A título provisório

Teoria e história convergem – no livro *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações* – permitindo algumas conclusões preliminares sobre a forma de desenvolvimento do capitalismo histórico:

- i) a primeira e mais genérica, é de que “a tendência natural do capitalismo desregulado aponta na direção de uma crescente polarização e divergência entre as taxas de crescimento do produto e os níveis de renda per capita dos diferentes países” (MEDEIROS; SERRANO, 1999, p. 119);
- ii) essa tendência à polarização e ao desenvolvimento assimétrico do capitalismo, entre nações e dentro territórios nacionais, só conseguiu ser revertida com sucesso e pontualmente – excluído o caso dos domínios coloniais ingleses - através da ação político-econômica de Estados capazes de definir e sustentar projetos estratégico e políticas de longo prazo;

- iii) há fortes evidências, por outro lado, de que, desde a segunda metade do século XIX, o sucesso destas estratégias nacionais esteve condicionado pela forma com que a Inglaterra - e depois, os Estados Unidos - operaram direta ou indiretamente a sua moeda mundial, e pela forma com que estes Estados mais atrasados administraram sua relação com o regime monetário internacional, consolidando ou não uma moeda e um sistema de crédito autônomo com relação às flutuações e aos ciclos da economia hegemônica. Os países que não conseguiram reduzir sua dependência dos ciclos da demanda externa e do estrangulamento recorrente do seu balanço de pagamentos, tampouco tiveram moedas conversíveis e passaram à periferia do sistema, dependendo, periodicamente, do refinanciamento privado das suas dívidas ou do recurso à moratória;
- iv) a história também ensina que a competição político-militar teve papel decisivo para o sucesso ou fracasso das estratégias nacionais de desenvolvimento, sobretudo no caso dos estados originários e dos que passaram a constituir o ‘núcleo central’ do sistema. Para estas potências, a guerra como um limite virtual, ou como um fato real, cumpriu muitas vezes o papel de princípio organizador de suas estratégias econômicas, em particular no campo tecnológico e dos sistemas de comunicação e transportes. Na periferia do sistema, alguns Estados que foram obrigados a armar-se graças a conflitos regionais mais intensos e permanentes acabaram se diferenciando do resto da periferia como no caso da Índia, ou da China. Mas a história também ensina que as armas e as guerras podem não ter nenhum efeito dinamizador sobre as economias nacionais, como por exemplo, no caso da Coreia do Norte, do Iraque ou do Paquistão. Nos demais estados periféricos, sem autonomia tecnológica, e sem estratégia militar autônoma, o peso da geopolítica global só se faz sentir indiretamente, quando em circunstâncias especiais abre ou fecha oportunidades, segundo as necessidades do jogo de poder das grandes potências;
- v) existe um elemento, entretanto, que parece estar presente em quase todos os casos de sucesso, fora dos *dominions* coloniais: a existência de uma ‘orientação estratégica’ voltada para a formação e expansão do “poder nacional”, independente da forma como este objetivo tenha sido chamado por Adam Smith ou Friederich List. Sobretudo, nos casos em que esta “orientação” contou com o apoio

das elites econômicas e intelectuais e com a mobilização das populações.

- vi) esta ‘orientação estratégica’, é uma decisão interna de cada país, e sempre foi a resultante de uma determinada correlação de forças, entre frações capitalistas, burocráticas e militares e entre o estado e o capital e as várias frações do mundo do trabalho. Mas este vetor nunca se transformou num projeto de desenvolvimento nacional, apenas a partir dos “interesses materiais” e da “consciência” dos vários grupos e classes sociais. Isto só ocorreu quando os interesses e as alianças indispensáveis, foram viabilizados e atualizados pelos desafios e oportunidades colocados pela inserção internacional de cada país. Sobretudo quando eles assumiram a forma de um enfrentamento ou competição externa – econômica ou político-militar – bipolarização ou de uma situação de ‘equilíbrio de poder’ altamente instável. Como no das classes fundamentais do capitalismo, também no caso da competição interestatal não existe tendência inevitável à bipolarização. Poder-se-ia dizer que também neste caso, não há uma passagem automática da consciência em si, para a consciência para si, dos povos, territórios e nações. Não há dúvida, no entanto, que é no campo destas ‘orientações’ que se deve buscar o denominador comum capaz de homogeneizar as categorias e permitir uma classificação mais consistente dos ‘tipos-ideais’ de desenvolvimento estudados e analisados no livro *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*.

## 7. Referências bibliográficas

ARRIGHI, G. The crisis of hegemony. In: AMIN, S.; ARRIGHI, G.; FRANK, G.; WALLERSTEIN, I. **Dynamics of Global Crisis**. London: MacMillan Press, 1982.

BELLUZZO, L. G. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.) **Poder e dinheiro** – Uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BIERSTEKER, T.; WEBER, C. **State sovereignty as a social construct**. Cambridge: University Press, 1996.

BRAUDEL, F. **Afterthoughts on material civilization and capitalism**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1977.

- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- COOPER, R. **The economics of interdependence**. New York: McGraw-Hill, 1968.
- COX, R. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**, London, vol. 10, n. 2: 126-55, summer 1981.
- FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.) **Poder e dinheiro** – Uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- FIORI, J. L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FIORI, J. L. A propósito de uma “Construção Interrompida”. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14: 1-19, jun. 2000.
- FIORI, J. L. A nova estratégia americana. **Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Artigos)**, Rio de Janeiro, 05 abr. 2017a. Geopolítica.
- FIORI, J. L. O papel do petróleo e do gás no passado e futuro estratégico da Rússia. **Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Artigos)**, Rio de Janeiro, 08 out. 2017b. Geopolítica.
- FIORI, J. L.; LEÃO, R. P. F. As ambições da China. **Revista CartaCapital**, São Paulo, 24 mai. 2018. Mundo.
- GERSCHENKRON, A. **Economic Backwardness in Historical Perspective**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- GILPIN, R. **U.S Power and the Multinational Corporation**. New York: Basic Books, 1975.
- GILPIN, R. **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- HECKSHER, E. F. **Mercantilism**. London: Allen & Unwin, 1935.

HEHIR, J. B. Intervention: from theories to cases. **Ethics and International Affairs**, vol. 9, n. 1: 1-14, mar. 1995.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova cultura, 1985.

JACKSON, R. H. **Quase states: sovereignty, international relations and the third world**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KENNEDY, P. **The Rise and Fall of the Great Powers**. London: Unwin; Hyman, 1988.

KEOHANE, R. Hobbes dilemma and institutional change in world politics: sovereignty in international society. In: HOLM, H. H.; SORENSEN, G. (Eds.) **Whose world order? Uneven globalization and the end of the Cold War**. Boulder: Westview Press, 1995.

KEOHANE, R. **After Hegemony**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do juro, do emprego e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KINDELBERGER, C. **The world in depression 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 1972.

KRASNER, S. State power and the structure of international trade. **World Politics**, vol. 28, n. 3: 317-343, abr. 1976.

KRASNER, S. **Sovereignty organized hypocrisy**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

LYONS, G.; MASTANDUNO, M. **Beyond Westphalia? State Sovereignty and International Intervention**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1995.

NINIO, M. FMI dá status de moeda global para yuan da China. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 nov. 2015. Mercado.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PREBISCH, R. **The Economic Development in Latin America and Its Principal Problems**. New York: ECLA, United Nations, 1960.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

STRANGE, S. International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect. **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944)**, vol. 46, n.2: 304-15, abr. 1970.

STRANGE, S. **Casino Capitalism**. London: Basil Blackwell, 1986.

STRANGE, S. Political Economy and International Relations. In: BOOTH, K.; TUCKER, R. (Eds.) **International Relations Theory Today (Polity)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.) **Poder e dinheiro – Uma economia politica da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro – uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

TAVARES, M. C.; MELIN, L. E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.) **Poder e dinheiro – Uma economia politica da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

THOMSON, J. E. State Sovereignty in International Relations: Bridging the Gap between Theory and Empirical Research. **International Studies Quarterly**, vol. 39, n. 2: 213-33, jun. 1995.

WALLERSTEIN, I. Crisis as transition. In: AMIN, S. et al. (Eds.) **Dynamics of the global crisis**. London: MacMillan Press, 1982